



ASSEMBLEIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DIA 25

Devido à pandemia, a deliberação por parte dos sindicalizados sobre o exercício de 2019 ocorrerá de forma virtual, através do link ***assembleia.spbancarios.com.br***, que estará funcional entre as 19h e 20h do dia 25 (quinta-feira). Para votar, o sindicalizado precisa preencher seu CPF e data de nascimento.





O Sindicato sempre teve sua atuação pautada por princípios democráticos e de absoluta transparência. Em 2019 - primeiro ano de um governo ultraliberal, que impõe para a sociedade brasileira o falso dilema 'direitos ou empregos' - travamos inúmeras batalhas em defesa dos direitos da categoria, dos trabalhadores em geral, e por um país mais justo e com oportunidades para todos. Diante da atual conjuntura política e econômica, agravada pela pandemia, a organização dos trabalhadores torna-se ainda mais importante. Portanto, de forma transparente, detalhada e democrática, apresentamos o balanço de 2019 para debate e deliberação dos associados. Juntos somos mais fortes e só a luta nos garante

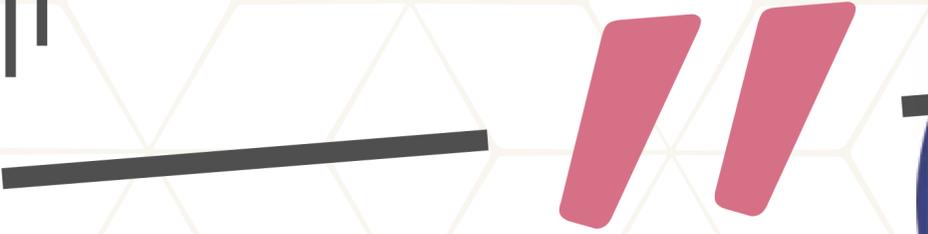


Ivone Silva
Presidenta do Sindicato





O Sindicato tem como um dos pilares da sua atuação a transparência. Apresentamos um balanço detalhado, de modo que os associados tenham plena consciência de como a gestão dos recursos da entidade é feita de maneira criteriosa na luta pelos direitos da categoria e por uma sociedade mais justa e com oportunidades para todos



Maria Rosani
Secretária de Finanças do Sindicato



Confira a seguir o relatório da diretoria, com um resumo das principais atividades do Sindicato ao longo de 2019, as demonstrações contábeis, o parecer do Conselho Fiscal e o edital de convocação para a assembleia de prestação de contas.



**Sindicato dos Bancários e Financeiros
de São Paulo, Osasco e Região EUT**

www.spbancarios.com.br



/spbancarios



@spbancarios

CNPJ 61.651.675/0001-95



RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores(as) bancários(as) associados(as)

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o relatório da Diretoria com as Demonstrações Financeiras do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região, referente ao exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019 e findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhado do parecer do Conselho Fiscal, que destaca as principais ações e atividades desenvolvidas ao longo do ano.

Os ataques aos trabalhadores, iniciados com o golpe de 2016, foram acirrados no primeiro ano de mandato de um governo ultraliberal e de extrema direita. O Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região continuou cumprindo seu papel de resistência, empreendendo uma forte luta contra medidas nocivas a toda a população, como a reforma da Previdência, e contra aquelas prejudiciais especialmente à categoria bancária. Assim, ao lado dos bancários e de outras categorias, o Sindicato mostrou que a organização e mobilização dos trabalhadores pode barrar retrocessos e manter direitos, mesmo em uma conjuntura desfavorável à classe trabalhadora.

**AUMENTO
REAL DE 1%**



Na Campanha Nacional dos Bancários de 2018, o Sindicato, que compõe e coordena o Comando Nacional dos Bancários, fechou um acordo válido por dois anos que se mostrou mais uma vez acertado, visto que, mesmo em um ano que já começou com ataques aos direitos trabalhistas, a categoria já tinha garantidos todos os direitos previstos em sua Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) e ainda reposição da inflação (INPC) mais aumento real de 1% em 2019, o que correspondeu, na data base da categoria (1º de setembro), a um reajuste de 4,31% sobre salários e demais verbas como PLR e vales alimentação e refeição. O que corresponderá a uma injeção de cerca de R\$ 10,5 bilhões na economia em 12 meses (entre 1º de setembro de 2019 a 31 de agosto de 2020).

O acordo de dois anos já havia garantido, em 2018, reajuste de 5% sobre salários e demais verbas, que

correspondeu a aumento real de 1,31%. Além disso, avançou em novas conquistas como o parcelamento do adiantamento das férias e a realização de novo censo da diversidade, para avançar na promoção da igualdade de oportunidades nos bancos para mulheres, negros e PCDs.

CENSO DA DIVERSIDADE



Os trabalhadores também conquistaram, com o acordo de dois anos, a realização de um novo Censo da Diversidade Bancária, com o objetivo de atualizar o perfil da categoria por raça, gênero, orientação sexual e PCDs (pessoas com deficiência). O questionário foi aplicado em 2019, tendo ficado disponível até final de novembro. E os dados começaram a ser divulgados em 2020. O Censo é importante porque, munido com suas informações, o movimento sindical pode cobrar dos bancos a implementação de ações visando igualdade de oportunidades no setor bancário.

DIREITO DE DESCANSO AOS SÁBADOS



O Sindicato, em mesa de negociação com a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos), conseguiu neutralizar os efeitos nefastos da MP 905 sobre os bancários. Assim, em 10 de dezembro de 2019, foi assinado um acordo aditivo que impediu o trabalho bancário aos sábados;

garantiu a jornada da categoria bancária (6 horas, de segunda a sexta); manteve a cláusula 11 da CCT, que prevê a gratificação de função de 55%; determinou que a PLR continuasse a ser negociada pelos sindicatos da categoria; impediu os bancos de contratarem trabalhadores ganhando menos que o piso da categoria; e manteve todas as cláusulas da CCT. Sua vigência é até 31 de dezembro de 2020.

IMPEDIMOS OUTRA TENTATIVA DE TRABALHO AOS SÁBADOS



Mesmo antes de enfrentar a MP 905, o Sindicato travou outra batalha para impedir o trabalho bancário aos finais de semana. Desta vez contra a MP 881, que em abril de 2019 propôs a revogação da lei 4.178/62 – que impede a abertura de agências bancárias aos sábados – e ainda permitia o trabalho aos domingos e feriados para todas as categorias profissionais, entre outros pontos. Mas a luta do movimento sindical, junto com os trabalhadores e parlamentares da oposição impediu mais esse ataque. Assim, o Senado, apesar de ter aprovado a MP 881 em agosto, recuou desses pontos nocivos.



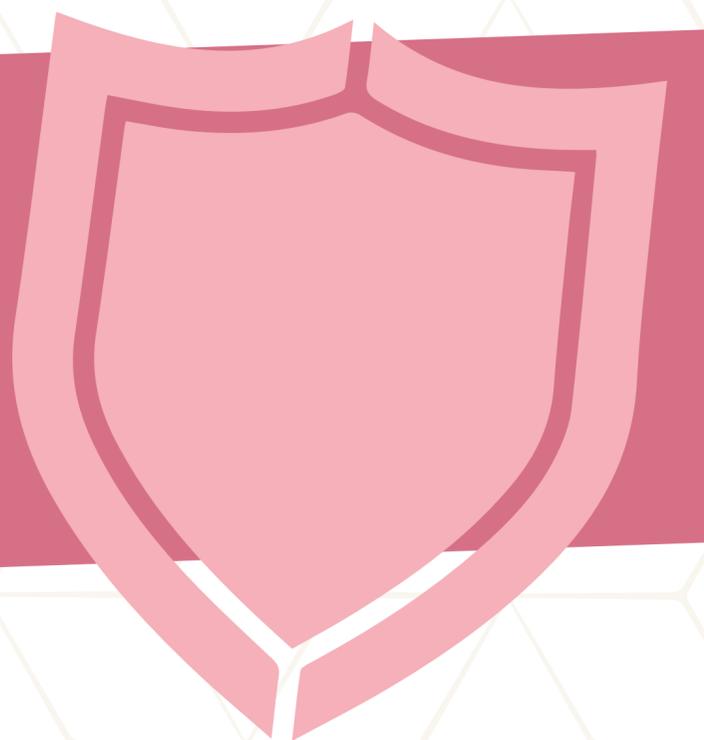
CAPITALIZAÇÃO NÃO PASSOU

Mesmo com grandes mobilizações, com paralisações e greves ao longo do ano, a reforma da Previdência foi promulgada pelo Congresso Nacional em 12 de novembro de 2019. Mas a luta do Sindicato, da CUT e demais centrais sindicais, junto com parlamentares da oposição, conseguiu barrar algumas medidas da proposta original enviada pelo governo federal ao Legislativo, e que seriam extremamente prejudiciais à população, dentre elas a implantação do sistema de capitalização, pelo qual só iria conseguir se aposentar quem ganhasse o suficiente para poupar durante a vida de trabalho.



DEFESA DOS BANCOS PÚBLICOS

Ao longo de 2019, o Sindicato deu continuidade à luta em defesa das estatais e dos bancos públicos. Em 4 de setembro, na Câmara dos Deputados, em Brasília, foi lançada a Frente Parlamentar e Popular em Defesa da Soberania Nacional. O Sindicato é uma das entidades que integra a Frente. Dentro dessa luta, houve também importantes vitórias como a reeleição, em 25 de novembro, da bancária Rita Serrano para o Conselho de Administração da Caixa, onde continuará defendendo os direitos dos



empregados e o caráter público e social do banco. Também houve a vitória do “sim” da Cassi, em 28 de novembro, que possibilitou a continuidade da caixa de assistência dos funcionários do Banco do Brasil.



Em janeiro, com a posse do novo presidente do Banco do Brasil, Rubem Novaes, que falou em privatizar ativos do banco antes mesmo de assumir o cargo; assim como do novo presidente da Caixa, Pedro Guimarães; o Sindicato intensificou a luta em defesa dos bancos públicos e do papel social destas instituições para o Brasil. O assunto foi o tema de capa da primeira Folha Bancária do ano. Também a partir de janeiro, o Sindicato esteve empenhado na eleição de Débora Fonseca no segundo turno da eleição para Conselheiro de Administração Representante dos Funcionários (Caref), uma candidata comprometida com os interesses dos trabalhadores do BB.

Já em fevereiro, o Sindicato denunciou o cerceamento da liberdade de avaliação no GDP, por meio da qual o banco tentou impedir que os bancários atribuíssem nota máxima (7) aos seus pares. No mesmo mês, foi realizado Dia Nacional de Luta contra a onda de descomissionamentos no banco. O Sindicato promoveu protestos em agências e concentrações de todas as regiões de São Paulo, incluindo Gepes e Super BB.

Em março, o presidente do BB, Rubem Novaes, afirmou publicamente estar convencido de que o

BB deveria ser privatizado, declaração repudiada e denunciada pelo Sindicato em edição da Folha Bancária. No final do mesmo mês, o Sindicato denunciou a tentativa do governo federal de reduzir a participação do BB no crédito agrícola.

Em abril, após um longo período de negociação com as entidades representativas, com participação fundamental do Sindicato, o BB apresentou sua proposta final para a Cassi. No mesmo mês, o Sindicato orientou voto favorável ao relatório anual da Cassi, que evidenciou a situação real da caixa de assistência.

No dia 17 de maio, teve início a votação sobre a proposta de reforma estatutária da Cassi. O Sindicato orientou a aprovação da proposta pelo fato de a mesma ter sido conquistada por meio de uma intensa negociação com as entidades representativas dos funcionários do BB, que fez o banco abrir mão de sua intransigência e avançar em relação à proposta rejeitada em 2018. Ainda em maio, o Sindicato denunciou e repudiou nova declaração privatista de Rubem Novaes, que afirmava pretender entregar o BB ao Bank of America, nos moldes do que foi feito “entre a Embraer e Boeing”. No final do mesmo mês, foram abertas as inscrições para a eleição de delegados sindicais do Banco do Brasil.

Em junho, o Sindicato esteve empenhado na mobilização para a Greve Geral, aprovada por bancários em assembleia, a qual tinha como uma de suas pautas, além da luta contra a Reforma da Previdência, a defesa do Banco do Brasil, da Caixa e demais bancos públicos. No final do mês foram encerradas as inscrições para a eleição de delegados sindicais do Banco do Brasil. Ainda em junho, o Sindicato enviou ofício ao Conselho Deliberativo da Cassi reforçando a posição da entidade contra os aumentos na

coparticipação sobre consultas e exames, cobrando dos conselheiros, tanto os eleitos quanto os indicados, para que votassem contra o aumento, e reivindicando a reabertura das negociações, uma vez que os aumentos já haviam sido rejeitados pelos associados.

Em julho, ocorreu a assembleia que elegeu delegados para o 30º Congresso de Funcionários do Banco do Brasil, na qual também foi discutida a pauta a ser abordada no congresso.

No início de agosto foi realizado, em São Paulo, o 30º Congresso de Funcionários do Banco do Brasil, no qual um dos encaminhamentos foi a realização, no final do mesmo mês, de Dia Nacional de Luta em Defesa da Cassi. No dia 20 de agosto, o Sindicato realizou protesto durante o Circuito Banco do Brasil de Corrida para cobrar negociações sobre a situação da Cassi e Economus. Dois dias depois foi realizado o Dia Nacional de Luta em Defesa da Cassi, encaminhamento do 30º Congresso de Funcionários do Banco do Brasil. Em São Paulo, a mobilização ocorreu na Avenida Paulista, em frente à Torre Matarazzo, onde ficam sediadas diretorias do Banco do Brasil, cobrando a retomada das negociações para buscar saídas para a crise na Cassi e respeito aos associados.

Em setembro, foi realizado o Encontro Nacional de Saúde dos Funcionários do Banco do Brasil, na Quadra dos Bancários, que fechou o mês de defesa da Cassi, no qual foram realizadas reuniões e plenárias nos locais de trabalho, sindicatos e federações para debater e esclarecer os funcionários e toda a categoria sobre a situação da Cassi. Também foram colhidas assinaturas em um abaixo assinado em defesa da Cassi.

Os dias 3 e 4 de outubro foram de mobilização em defesa da Cassi, encaminhamento do Encontro Nacional de Saúde dos Funcionários do Banco do Brasil, e das empresas públicas. Em São Paulo, as atividades se concentraram na Avenida Paulista.

Em novembro, o Conselho Diretor do Banco do Brasil aprovou a nova proposta de reforma estatutária da Cassi, que foi elaborada com as entidades de representação dos funcionários, que propôs a injeção de cerca de R\$ 1 bilhão no plano de saúde, conforme exigência da ANS. Em consulta encerrada em 28 do mesmo mês, os associados da Cassi aprovaram proposta de recuperação do plano de saúde, conforme orientação do Sindicato.

Em dezembro, o presidente do BB, Rubem Novaes, voltou a defender a privatização do banco durante audiência no Congresso Nacional, declaração denunciada e repudiada de imediato pelo Sindicato, que ao longo de 2019 fez diversos atos em defesa dos bancos públicos e do seu fundamental papel social para o desenvolvimento do país.

Ao longo de 2019, o Sindicato conquistou ainda a reintegração de bancários do BB.



The image shows the top part of a building facade with the word "CAIXA" in large, blue, three-dimensional letters. The letters are mounted on a dark blue background. The building has a modern architectural style with glass windows and a blue sky in the background.

O ano de 2019 começou com a posse de um governo de orientação absolutamente neoliberal, que intensificou as ameaças de privatização dos bancos públicos. Neste cenário, o Sindicato deu ênfase na resistência contra o desmonte da Caixa e em defesa dos direitos dos seus empregados.

O ano foi marcado pela realização de uma série de Dias Nacionais de Luta, que tiveram como eixo central a manutenção do papel social da empresa pública; e também pela promoção de pautas como Saúde Caixa para todos; mais contratações; contra as reestruturações que afetam carreiras e o papel social do banco; e pelo fim do GDP, do Revalida e dos descomissionamentos arbitrários.

Já em janeiro foram feitos atos cobrando mais contratações e coletas de assinaturas da população em agências lotadas.

O Sindicato foi às ruas diversas vezes contra a privatização da Lotex, inclusive em atos em frente à Bolsa de Valores, com a estrutura da entidade e dirigentes mobilizados por meses no local.

Na apresentação do balanço da Caixa de 2018, em 29 de abril, o Sindicato questionou pessoalmente o presidente Pedro Guimarães sobre movimentos da sua gestão que visam o

enfraquecimento do banco e sua função social, como a venda de ativos. O Sindicato também cobrou diretamente da direção da Caixa falta de posicionamento sobre a saída do banco do Conselho Curador do FGTS.

Representantes dos empregados reuniram-se novamente, em 28 de junho, com a direção da Caixa para cobrar a suspensão da reestruturação que afetou mais de mil bancários de áreas meio em todo o país.

A retomada da mesa de negociação permanente com a direção da Caixa, no dia 27 de agosto, foi marcada pela defesa, por parte dos representantes dos empregados, do papel público e social do banco, e dos direitos dos trabalhadores. Os representantes dos empregados voltaram a cobrar soluções emergenciais para a contratação de mais empregados, fim da irresponsabilidade com a Caixa 100% Pública, Saúde Caixa para todos, fim dos descomissionamentos arbitrários, fim da Gestão de Desempenho de Pessoas (GDP), melhorias na operação para saques do FGTS, novas formas de trabalho que constam no RH 226 definidas como trabalho remoto e melhorias nas condições de trabalho dos tesoureiros.

Também em agosto, o Sindicato esteve presente no lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da População de Rua, representado pelo diretor da entidade e empregado da Caixa, Dionísio Reis, em Brasília.

No dia 13 de setembro, aniversário do FGTS e data de início da liberação dos saques do fundo pela população, o Sindicato realizou protesto em defesa do banco público, contra o desmonte e por direitos, em agências ligadas a superintendências regionais que posteriormente

foram fechadas. Houve diálogo com funcionários e clientes, além de distribuição de material informativo.

Após cobrança do movimento sindical, a direção da Caixa recuou e comunicou adesão ao 3º Censo da Diversidade e liberação dos empregados para responderem ao questionário. O compromisso foi estabelecido em 26 de setembro, e a abertura do acesso ocorreu no dia 30. Ao negar o acesso de seus empregados ao questionário, a Caixa desrespeitou o negociado em mesa da Campanha 2018.

A luta em defesa da Caixa 100% pública e dos direitos dos empregados do banco obteve uma vitória importante no fim de 2019. Rita Serrano, candidata que aglutinou o apoio do Sindicato e demais entidades representativas dos trabalhadores, foi eleita em primeiro turno com mais de 81% dos votos válidos. O resultado foi anunciado em 22 de novembro.

Ao longo de 2019, o Sindicato também conquistou a reintegração de empregados da Caixa.





Santander

Em 2019, a atuação do Sindicato na defesa dos bancários do Santander ficou marcada pela luta exitosa contra o trabalho aos sábados. Após uma série de protestos, em junho o banco espanhol recuou do programa de educação financeira, que previa abertura de agências aos sábados.

Em janeiro, o Sindicato venceu uma grande luta em favor dos trabalhadores do Santander (e também do Bradesco), e conquistou a correção da fórmula de cálculo do desconto em folha do vale-transporte.

Em 28 de fevereiro, o Santander pagou aos bancários a segunda parcela da PLR e o PPRS (Programa na Participação nos Resultados Santander), ambos negociados com o Sindicato.

Resultado do acordo 2018/2020, as bolsas de estudo para graduação e pós tiveram reajuste de 4,31% em 2019 (1% de aumento real, descontada a inflação do período).

Ainda resultado do acordo de dois anos fechado na Campanha Nacional 2018, adicional por tempo de serviço Banespa, adicional por tempo de serviço Santander e trabalhos aos sábados, domingos e feriados também tiveram reajuste de 4,31%.

Em negociação ocorrida em abril, foi conquistado o reajuste do valor do quilômetro rodado, que passou de R\$ 0,71 para R\$ 0,89, índice defasado desde novembro de 2017. Além disso, ficou definido que o reajuste passará a ser anual. Em 2019, excepcionalmente, ocorreram dois reajustes: em junho e em dezembro.

Em negociação realizada em agosto, foi garantido que esse reajuste será em dezembro, anualmente e automático, com base no IPCA, mais vantajoso para os trabalhadores, e não mais pelo IGP-M.

Após a eclosão de um surto de sarampo no Vila Santander Paulista, em julho, o Sindicato cobrou e o banco promoveu no mês seguinte uma campanha de vacinação contra a doença.

O Sindicato reivindicou e, em setembro, o Santander diminuiu o custo das refeições no Vila Santander Paulista, e criou uma opção de almoço mais barata e mais ágil, reduzindo o tempo de espera.

Em 2019, o Santander passou a retirar portas giratórias de segurança das suas agências. O Sindicato cobrou do banco responsabilidade com as vidas de clientes e funcionários por meio da manutenção do item de proteção. A cobrança incluiu denúncias à Polícia Federal e ao Ministério Público do Trabalho, inclusive com audiência. O MPT segue investigando o caso.

Em novembro, o Sindicato cobrou e o banco substituiu bebedouros na Torre, Geração Digital e Radar Torre por conta de reclamações dos funcionários com o sabor desagradável da água. Após nova cobrança do Sindicato, uma agência Select, localizada na Torre, também trocou o filtro de água.

Em dezembro de 2019, cerca de 300 funcionários da terceirizada NeWorkBPO – SCOR que prestavam serviço para Santander foram desligados. Após pressão do Sindicato e negociação, o Santander pagou, em abril de 2020, o dinheiro da rescisão e a multa do FGTS dos funcionários demitidos entre novembro e dezembro de 2019.

O ano de 2019 também ficou marcado pela luta permanente em defesa do emprego e contra as demissões, em especial a mobilização travada no fim do ano, em reação à onda de demissões ocorrida no apagar das luzes de 2019. Em 29 de novembro, foi deflagrado Dia Nacional de Luta dos funcionários do Santander, no centro administrativo Radar. O ato denunciou os cortes de postos de trabalho.

Em 5 de dezembro, foi realizado novo protesto em importantes pontos de circulação de pessoas da capital paulista. Dirigentes exibiram faixas denunciando as demissões, o lucro astronômico do banco, as altas tarifas e taxas de juros, a ausência de contrapartida para a sociedade e o adoecimento dos trabalhadores.

Ao longo de 2019, o Sindicato também conquistou a reintegração de bancários do Santander.





Bradesco

Em janeiro, após o Sindicato cobrar do banco explicações sobre distorções salariais no Bradesco Financiamentos, o Bradesco reconheceu algumas situações a serem ajustadas, comprometendo-se a solucionar a questão até o final do ano.

Também em janeiro, após pressão do Sindicato e negociações conduzidas pela COE (Comissão de Organização dos Empregados), os bancários do Bradesco, que utilizam veículo próprio para visitas comerciais, tiveram garantido reajuste de 19,4% no valor do quilômetro rodado.

Em fevereiro, em reunião com o banco, o Sindicato cobrou melhorias nas condições de trabalho relacionadas com excesso de trabalho devido à falta de funcionários, cobrança por metas abusivas, excesso de ligações e mensagens via celular corporativo, insistência de alguns gestores em forçar a barra com a exigência de selfies com clientes; denúncias de assédio moral; além da inclusão dos trabalhadores nos debates sobre o PDE (Prêmio por Desempenho Extraordinário), antiga reivindicação do Sindicato, que na época estava sendo regulamentado pelo banco.

Ainda em fevereiro, o Sindicato protestou contra o desrespeito ao feriado municipal que comemora a emancipação de Osasco (19 de fevereiro) - berço do Bradesco e onde está a concentração Cidade de Deus - fruto de uma decisão judicial concedida em 2009 à Febraban. O Sindicato cobrou ao menos o correto pagamento

das horas extras aos bancários. A entidade possui ação judicial contra o Bradesco nesse sentido.

Em março, durante reunião com o banco, o Sindicato cobrou a inclusão de todos os bancários no PDE, uma vez que todos os trabalhadores colaboram para o resultado do banco. No mesmo mês, o Tribunal Regional do Trabalho deu razão ao Sindicato, autor do processo, e manteve decisão que condenou o Bradesco a pagar aos bancários dos prédios Prata e Cinza da Cidade de Deus adicional de periculosidade e reflexos nas verbas salariais (FGTS, férias e décimo terceiro salário) relativos ao período entre novembro de 2010 e janeiro de 2016, salvo empregados que saíram do banco antes de 12/11/2013 (dois anos antes do protocolo da ação).

Em abril, o Sindicato venceu uma grande luta em favor dos bancários do Bradesco e Santander: a correção do cálculo para desconto do vale-transporte, que erroneamente vinha sendo feita com base no salário básico mais gratificações, sendo que a CCT determina que o cálculo tenha como base apenas o salário básico. Também em abril, o Sindicato cobrou, em reunião com o banco, melhorias no Bradesco Saúde e Saúde Dental. No mesmo mês, o Sindicato conquistou a contratação direta pelo Bradesco de 400 trabalhadores terceirizados da empresa Scopus, garantindo a eles todos os direitos da categoria bancária.

Em maio, após divulgação do balanço do primeiro trimestre, no qual o Bradesco apresentou crescimento de 22,3% em relação ao mesmo período de 2018, o Sindicato voltou a cobrar a inclusão de todos os bancários no PDE.

Ao longo dos meses de junho e julho, o Sindicato conquistou a reintegração

de diversos bancários demitidos pelo Bradesco na sua base, além do cancelamento de outros desligamentos.

Em julho, o Sindicato cobrou o Bradesco sobre casos de sarampo, rubéola e caxumba na concentração Vila Leopoldina. Após a cobrança, o banco se comprometeu a intensificar a limpeza do local e a colocar telas de proteção para evitar a entrada de pombos. Além disso, foi iniciada a vacinação contra o sarampo e, como medida preventiva, bancárias gestantes entraram de licença e férias.

Em agosto, em nova reunião com o banco, o Sindicato tratou de temas como a renovação de acordos específicos, exposição vexatória de bancários na ação Folha em Foco, PDE (Prêmio por Desempenho Extraordinário), esclarecimentos sobre utilização do celular corporativo, possibilidade de novo PDVE, PLR, plano de saúde, entre outros.

Em setembro, o Sindicato conquistou a renovação dos acordos específicos referentes ao Telebanco, Bradesco Financiamentos, Cipa Treinet e Ponto Eletrônico. Os trabalhadores do Bradesco Financiamentos tiveram reajustado o adicional por sábado, domingo e feriado trabalhado, de R\$ 53,45 para R\$ 57,67 por dia. Já para os bancários do Telebanco, a novidade foi a igualdade do mesmo adicional para R\$ 71,14 para os trabalhadores de todo o Brasil, equivalente ao que era pago aos funcionários do HSBC de Curitiba, incorporados pelo Bradesco.

A partir do dia 30 de setembro, o Sindicato passou a oferecer, na sede da entidade e na regional Osasco, plantões com advogados para tirar dúvidas dos bancários do Bradesco em relação ao PDV (Plano de Desligamento

Voluntário) aberto pelo banco.

Em outubro, são assinados os acordos específicos do Telebanco, Bradesco Financiamentos, Cipa Treinet e Ponto Eletrônico, com validade de dois anos.

Em novembro, após o presidente do Bradesco, Octavio de Lazari, afirmar que pretendia totalizar 150 agências fechadas em 2019 e a meta de 300 agências a menos até o final de 2020, o Sindicato cobrou do banco a manutenção dos postos de trabalho. Pouco tempo depois da cobrança, em reunião com o Sindicato, o Bradesco afirmou que os bancários afetados pelo possível fechamento das agências não seriam demitidos, e sim realocados.

Em dezembro, para fechar o ano, o Sindicato venceu em primeira instância ação judicial, impetrada em 2017, para pagamento da 7ª e 8ª horas trabalhadas como horas extras aos empregados que exercem a função de Analistas de Produção Júnior no Departamento de Processamentos e Comunicações de Dados.





Itaú ★★★★★

Em janeiro, o Sindicato atuou contra a reestruturação implementada pelo Itaú, executada paralelamente à incorporação do Citibank, e que resultou em terceirização de algumas áreas do banco, pejetização em outras, na demissão de funcionários PCDs (pessoas com deficiência) e no conseqüente adoecimento e sobrecarga de bancários, pressionados por cobrança de metas.

Em fevereiro, a atuação do Sindicato resultou na ampliação do refeitório do Itaú BBA, que abriga cerca de 2.300 trabalhadores (2 mil diretos e 300 terceirizados). De apenas 28 lugares, o refeitório passou a contar com 50, mesas amplas, oito micro-ondas industriais e também está sendo utilizado pelos terceirizados.

Em abril, o Itaú começou a fechar uma série de agência físicas. O Sindicato cobrou responsabilidade social do banco, já que nem todos os clientes e usuários usam os canais digitais. Cobrou ainda a realocação dos bancários para outras áreas. O fechamento de agências continuou em maio e junho, somando mais de 100 unidades fechadas. O Sindicato cobrou também a reabertura do Centro de Realocação, e que os trabalhadores realocados não fossem cobrados por metas durante pelo menos seis meses.

Em maio, em resposta a ação movida pelo

Sindicato, o TRT condenou o Itaú a pagar adicional de periculosidade aos trabalhadores do ITM devido ao armazenamento de tanques de combustível no prédio, acima dos limites descritos na NR 20. A decisão teve efeito retroativo a cinco anos da distribuição da ação impetrada pelo Sindicato, que ocorreu em 29 de setembro de 2015.

Em agosto, o Itaú lançou um PDV (plano de demissão voluntária) com o objetivo de dispensar 6,7 mil empregados com mais de 55 anos de idade; que tivessem apresentado algum tipo de afastamento médico; e ainda para dirigentes sindicais e cipeiros. O Sindicato atuou no sentido de garantir que o programa fosse de fato voluntário e os bancários não fossem pressionados para aderir ao PDV.

Em setembro, o Itaú pagou PLR e PCR juntos aos bancários. A PLR, como previsto no acordo de dois anos fechado na Campanha de 2018, teve 1% de aumento real. E o PCR (Programa Complementar de Resultados) ficou em R\$ 2.900, tendo aumento de 9% em relação ao de 2018.

O Sindicato assinou acordo com o Itaú que resultou em avanço importante para cerca de 200 bancários lotados no CAT, que trabalhavam na Plataforma Digital Veículos (PD Veículos): eles passaram a receber 100% das horas extras aos sábados. Assim, as horas extras trabalhadas em setembro foram pagas em outubro.

Ao longo de 2019, o Sindicato também conquistou a reintegração de bancários do Itaú.



DESEMPENHO SOCIAL



ASSESSORIA JURÍDICA



No ano de 2019, as secretarias de Assuntos Jurídicos Individuais e Coletivos recuperaram R\$ 181,5 milhões para bancários e bancárias. O valor é resultado de 2,3 mil ações individuais e coletivas, movidas pela entidade contra bancos, além de acordos em Comissão de Conciliação Voluntária (CCV).



A área jurídica do Sindicato lançou em 9 de dezembro de 2019, o projeto intitulado Basta, não irão nos calar!, que compreende atendimento jurídico especializado para mulheres vítimas de violência doméstica e de gênero. O projeto é realizado em parceria com a Rede Municipal de Enfrentamento à Violência Doméstica, atendendo demandas que não podem ser absorvidas pela Defensoria Pública.

COMUNICAÇÃO



O Sindicato continua disponibilizando aos trabalhadores diversos meios de comunicação. Em 2019, o site da entidade continuou sendo uma das principais fontes de informação de interesse dos bancários, com espaços exclusivos por bancos (Caixa, BB, Itaú, Bradesco, Santander e demais bancos), e por áreas de atuação do Sindicato, como Serviços (Saúde e Jurídico), Clube de Vantagens (convênios que garantem descontos para bancários sindicalizados), Lazer (com informações sobre os campeonatos promovidos pelo Sindicato), entre outros. O número de acessos do site foi de 3.819.468 usuários em 2018 - ano em que o Sindicato realizou negociações com a Fenaban que resultou no acordo de dois anos - para 2.993.819 usuários em 2019, ano em que não houve negociações salariais com a Fenaban. O número de cliques em 2018 foi de 11.152.771 e em 2019 foi de 7.304.518.

As redes sociais ganharam força. A página da entidade no Facebook fechou o ano de 2019 com 49,7 mil seguidores, e nossos posts foram vistos 10,03 milhões de vezes ao longo do ano. O alcance das publicações é cada vez maior, assim como a interação dos trabalhadores com a mídia social do Sindicato. No Twitter, contamos com 20,3 mil seguidores; tivemos 2,9 milhões de visualizações em nossos tweets ao longo do ano. Já no Instagram, estamos com 10.806 seguidores.

O canal de YouTube do Sindicato passou de 2.900 inscritos em 2018, para 5 mil em 2019, ou seja, aumento de mais 2.100 inscrições.

O Sindicato também deu continuidade à edição

semanal da Folha Bancária, o jornal impresso que é o mais antigo veículo de informação da entidade. Também houve a publicação de jornais específicos por banco, de cartilhas e folhetos, com informações sobre ameaças aos bancos públicos e aos direitos trabalhistas.

O Sindicato continuou como uma das entidades mantenedoras da Fundação Sociedade de Comunicação Cultura e Trabalho que integra a Rede Brasil Atual (***redebrasilatual.com.br***), a TV dos Trabalhadores, a TVT, e a Rádio Brasil Atual (98,9), que produzem informações alternativas ao conteúdo da grande mídia, sob a perspectiva dos trabalhadores.

A TVT tem em média 2.5 pontos de audiência e já é a quarta televisão na Grande São Paulo. A Rádio Brasil Atual atingiu 45 mil ouvintes rotativos, o que a coloca entre as trinta maiores da região metropolitana. Já o site da Rede Brasil Atual (RBA) tem 4,5 milhões de acessos por mês. Somando todos os acessos de redes sociais, os três veículos dialogam com cerca de 10 milhões de pessoas por mês e estão em pleno crescimento de acessos, com uma programação voltada para a cidadania.



CULTURA E CIDADANIA



O Sindicato manteve o projeto CineB em parceria com a Brazucah Produções, cuja proposta é levar cinema nacional, de forma gratuita, à população carente de São Paulo, Osasco e região. Em 13 anos, o projeto já atingiu 70.528 mil pessoas. Somente em 2019, ocorreram 40 sessões, que alcançaram 4.855 pessoas.

O sindicato continuou em 2019 com a realização de feiras de produtos orgânicos, artesanato e culturais. Desde maio, os eventos ocorreram na sede, no prédio Martinelli, às sextas-feiras. Na regional Paulista ocorreram aos sábados e na regional Osasco, desde março de 2019, as feiras foram realizadas quinzenalmente. Devido à pandemia do Covid-19, em 2020 as atividades foram suspensas temporariamente.

O objetivo das feiras realizadas com o Coletivo Conecta Em Rede é incentivar o consumo de produtos certificados e fomentar o debate sobre o excesso de utilização de agrotóxicos e seus malefícios à saúde dos bancários e população em geral, além de promover a economia solidária.

Em 2019 o Sindicato iniciou estudos para reflorestamento de 6 hectares em imóvel de 17 hectares de propriedade da entidade, à margem da represa Billings. Com o convênio realizado com a organização sem fins lucrativos Iniciativa Verde, formalizado em 2020, o Sindicato pretende fomentar o debate da preservação do meio ambiente e promover a educação socioambiental.

O Sindicato também participa desde 2019 da constituição do Fórum Popular da Natureza. Composto por várias entidades dos movimentos sociais, partidos e sindicatos, o objetivo é debater questões socioambientais, o aquecimento global e a necessidade de mudança no modelo econômico global. A realização do Fórum prevista para ser uma atividade presencial no mês de junho de 2020, foi alterada para ser realizada de forma virtual e terá transmissões ao vivo das palestras e oficinas.

INTERNACIONAL



A diretora executiva do Sindicato Rita Berlofa foi reeleita, em 24 de outubro de 2019, presidenta da UNI Finanças Mundial, entidade que representa cerca de 3 milhões de trabalhadores do setor financeiro, em 237 sindicatos por todo o mundo. A eleição se deu durante a 5ª Conferência Mundial da entidade, realizada em Málaga, na Espanha.

FACULDADE 28 DE AGOSTO



Em 2019, a Faculdade 28 de Agosto finalizou sua primeira turma de graduação em Administração. A Faculdade também recebeu, em 24 de setembro, a visita in loco do Ministério da Educação (MEC) para o recredenciamento, e foi recredenciada com Nota 4, uma das mais altas.

Foram realizadas ainda quatro Turmas do Curso de Paternidade Responsável e Relações Compartilhadas; seis turmas do Curso de Extensão In

Company: Educação Financeira para trabalhadores da Ford, além do curso de extensão Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e Estratégias Organizacionais.

CENTRO DE FORMAÇÃO



O Centro de Formação Profissional do Sindicato ofertou em 2019 os cursos de Análise de Crédito, CEA, Contabilidade, Inglês, Matemática Financeira, CPA 10 e CPA 20. Totalizando 29 turmas e 405 bancários participantes.

BANCREDI



A parceria com a cooperativa de crédito (Bancredi) a cada ano consolida seu sucesso. Somente em 2019, foram emprestados R\$ 11.941.337,83 e foram feitos 3.386 contratos. Fechamos o ano com 4.411 cooperados, que encontram na entidade forma de buscar soluções mais humanas para pagamentos, despesas mensais ou investimentos.

GESTÃO FINANCEIRA

Os investimentos na luta da categoria e pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária

só são possíveis devido à criteriosa e responsável gestão financeira da entidade. As questões passam por profunda análise e todas as ações contam com total transparência, por meio da divulgação dos balanços anuais e de prestação de contas que passam por apreciação dos sindicalizados em assembleias.

Recuperação de Direitos dos Bancários

Tipos de Ações	Qtde. de Ações		Qtde. de Beneficiários		Valor das Ações em mil	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Ações Coletivas	2	1	156	204	30.889	43.154
Ações Individuais	993	902	993	902	101.028.430	69.682.885
CCV	1.224	1.324	888	1.224	80.434.455	77.284.649
Total Global	2.219	2.227	2.373	2.430	181.493.774	147.010.688



Agregando valor à comunidade

a) ¹Responsabilidades Sociais do Sindicato

Responsabilidades Sociais do Sindicato						
	2019			2018		
1. BASE DE CÁLCULO	R\$ mil			R\$ mil		
1.1 Receita Bruta – RB	79.021,83			69.379,81		
1.2 Superávit Operacional –SO	1.836,11			163,20		
1.3 Folha de Pagamento – FP	19.228,43			21.880,34		
2. INDICADORES LABORAIS	R\$ mil	%FP	%RB	R\$ mil	%FP	%RB
2.1.1 Alimentação	3.087,54	16,06	3,91	3.167,57	14,48	4,57
2.1.2 Encargos Sociais Compulsórios ²	3.333,91	17,34	4,22	3.520,35	16,09	5,07
2.1.3 Seguro de Vida	10,96	0,06	0,01	12,06	0,06	0,02
2.1.4 Convênio Médico e Odontológico	2.468,97	12,84	3,12	2.091,32	9,56	3,01
2.1.5 Complementação Auxílio-Doença	37,24	0,19	0,05	38,29	0,17	0,06
2.1.6 Auxílio-Creche	76,12	0,40	0,10	82,71	0,38	0,12
2.1.7 Vale-Transporte	277,39	1,44	0,35	290,61	1,33	0,42
2.1.8 Segurança no Trabalho (exames periódicos)	17,08	0,09	0,02	18,98	0,09	0,03
2.1.9 Desenv. Profissional e outros benefícios	197,03	1,02	0,25	260,89	1,19	0,38
Total = Indicadores Laborais (2.1.1 a 2.1.9)	9.506,26	49,44	12,03	9.482,78	43,34	13,67
3. INDICADORES SOCIAIS	R\$ mil	%SO	%RB	R\$ mil	%SO	%RB
3.1 Tributos (exceto encargos sociais)	138,14	7,52	0,17	199,90	122,48	0,29
3.2 Contribuições p/ a Cidadania	1.902,95	103,64	2,41	2.258,97	1.384,13	3,26
Total = Indicadores Sociais (3.1 a 3.2)	2.041,09	111,16	2,58	2.458,87	1.506,62	3,54
4. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
4.1 Estado Civil						
4.1.1 Solteiros	70	36	34	72	38	34
4.1.2 Casados/União estável	93	68	25	100	71	29
4.1.3 Divorciados/Desquitados	15	9	6	15	9	6
4.1.4 Viúvos	0	0	0	1	0	1
4.2 Formação Escolar						
4.2.1 Superior (pós-graduação, mestrado e doutorado)	15	10	5	17	11	6
4.2.2 Superior (graduação)	51	35	16	52	35	17
4.2.3 Segundo Grau (Ensino Médio)	87	50	37	93	53	40
4.2.4 Primeiro Grau (Ensino Fundamental)	25	18	7	26	19	7
4.3 Faixa etária dos empregados						
4.3.1 Abaixo de 29 anos	12	5	7	14	6	8
4.3.2 De 30 até 40 anos (exclusive)	41	26	15	40	24	16
4.3.3 Acima de 40 anos	125	82	43	134	88	46
4.4 N° empregados no final período e por sexo	178	113	65	188	118	70
4.5 Cargos gerenciais ocupados por sexo	14	7	7	17	9	8
4.5.1 % cargos em relação totais homens/mulheres	8%	6%	11%	9%	8%	11%
4.5.2 % cargos em relação ao total de gerentes	100%	50%	50%	100%	53%	47%
4.6 N° de admissões no período		4			7	
4.7 N° de Dependentes		263			276	
4.8 N° de Estagiários		5			3	
5. INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA						
5.1 Índice de afastamento em 2019	Auxílio-doença 8,99%			Acidente do trabalho 1,69%		
5.2 Nos processos de gestão os órgãos de decisão em 2019 e 2018 foram:						
● Projetos sociais desenvolvidos pelo Sindicato foram definidos				Pela diretoria e empregados		
● Padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos				Pela diretoria e empregados		
● Na seleção dos fornecedores os mesmos padrões éticos adotados pela Entidade				São sugeridos		
● Quanto à participação dos empregados em programas e campanhas sociais, o Sindicato				Apóia, organiza e incentiva.		

¹ Adaptação do Modelo Balanço Social desenvolvido pelo IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

² Encargos compulsórios foram considerados apenas INSS e FGTS, as demais verbas sob essa denominação entendemos tratarem-se de direitos trabalhistas.

b) Renda Gerada e Distribuída

Demonstração Do Valor Adicionado - DVA (Em Reais)	2019	2018
1. RECEITAS	71.276.390	67.113.591
1.1 Receitas de Contribuições da Categoria	64.513.862	51.510.650
1.2 Receitas de Serviços e Periódicos	1.446.710	4.800.557
1.3 Outras Receitas	9.931.153	10.930.112
1.4 Perda p/ Créditos de Liq. Duvidosa – (Reversão/Constituição)	-4.615.335	-127.728
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	49.111.574	37.334.951
2.1 Insumos Consumidos nos Serviços Gráficos	610.515	2.439.407
2.2 Utilidades e Serviços	2.205.221	2.558.434
2.3 Material e Serviços de Terceiros	28.603.520	13.460.414
2.4 Despesas com Atividade Sindical	17.565.735	18.863.397
2.5 Perda de Valores Ativos	126.583	13.299
3. VALOR ADICIONADO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (1-2)	22.164.816	29.778.640
4. RETENÇÕES – (DEPRECIACIONES)	-671.739	-1.268.436
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	21.493.077	28.510.204
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	6.992.700	5.989.306
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	28.485.777	34.499.510
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	28.485.777	34.499.510
8.1 Pessoal (Remunerações, Direitos Trabalhistas e Benefícios) ³	17.696.072	21.163.629
8.2 Filiações e Projetos Sociais	5.355.212	9.259.894
8.3 Governo (Impostos, Taxas e Contribuições – INSS e PIS)	2.770.126	3.017.812
8.4 Financiadores	828.259	894.971
8.4.1 Juros e variações cambiais	97.248	141.753
8.4.2 Aluguéis	731.011	753.218
8.5 Superávit do exercício ⁴	1.836.109	163.205

³ Nas despesas com pessoal, R\$ 21.570,62 foram investidos em auxílio educação em 2019 e R\$ 42.262,32 em 2018.

⁴ Desde o exercício de 2016 o superávit do exercício não sofre mais ajustes pela realização da reserva de reavaliação das máquinas e equipamentos gráficos, pois todas já foram totalmente realizadas até 31/12/2015.

Em análise da Demonstração do Valor Adicionado do Sindicato do exercício de 2019 podemos concluir que 68,90% de suas receitas das atividades operacionais agregaram recursos para a economia local, portanto, para gerar uma receita de R\$ 71,276 milhões, adquirimos recursos de terceiros, na forma de insumos, no valor de R\$ 49,111 milhões. Desse montante foram consumidos 1,24% na produção dos serviços gráficos, 4,49% com despesas em utilidades e serviços, 58,24% em materiais e serviços de terceiros e 35,77% com despesas em atividades sindicais. Ainda 0,26% equivale às perdas de ativos entre incobráveis e baixas de imobilizado em obsolescência.

O valor adicionado líquido gerado como riqueza pelo Sindicato foi de R\$ 28,486 milhões, representando 39,97% da Receita Total, com a seguinte distribuição: 62,12% destinados aos empregados, 18,80% às filiações e projetos sociais e 9,72% aos cofres públicos entre impostos, taxas e contribuições – totalizando 36,23% em relação à Receita Total, revertendo em benefícios aos trabalhadores e à sociedade em geral. Ainda destinando 2,91% para remunerar capital de terceiros – financiadores e aluguéis, e finalmente 6,45% para reinvestir no Sindicato - superávit.

Os benefícios oferecidos pelo Sindicato aos empregados como auxílio creche, auxílio doença, seguro de vida, auxílio bolsa, vale-transporte, alimentação, refeição, convênio médico e outros, no montante de R\$ 6,155 milhões, representam 30,30% sobre a folha de pagamento bruta.

Evidencia-se, também, que do total das receitas do Sindicato, 90,51% vêm das contribuições da categoria bancária, sejam sociais e as de negociação coletiva; 2,03% dos serviços gerados por suas atividades operacionais e ainda, as outras receitas (patrimonial, extraordinárias) contribuíram com 13,93%.

Agradecimento

Foi fundamental a inestimável participação e cooperação de inúmeras pessoas e entidades para que se pudesse traçar a bonita trajetória do Sindicato em 2019. Portanto, somos muito gratos aos dirigentes integrantes da diretoria, os quais foram muito firmes e seguros na tomada de decisões de maior impacto. Nosso mais sincero muito obrigado aos associados da entidade e militantes sindicais pela confiança depositada nessa diretoria.

Nossos agradecimentos às entidades de classe, aos parceiros e a todos que, de alguma forma, participaram desse esforço para que o Sindicato se tornasse cada vez melhor.

E de uma forma especial expressamos o nosso reconhecimento ao quadro de funcionários que contribuiu com sua capacidade e dedicação durante todo ano para o cumprimento da missão da entidade.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo
CNPJ 61.651.675/0001-95

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (em reais)

ATIVO	NE	2019	2018	PASSIVO	NE	2019	2018
CIRCULANTE		103.157.404,29	104.080.755,03	CIRCULANTE	3.km	32.751.048,08	31.245.355,83
Disponível		83.843.598,87	85.340.626,71	Fornecedores		776.054,71	878.152,27
Caixa e Bancos Conta Movimento		121.814,39	1.219.186,42	Administração de Processos		19.405.804,50	17.682.309,16
Aplicação Liq. Imediata	3.b	83.721.784,48	84.121.440,29	Impostos e Taxas a Recolher		285.060,83	263.524,72
				Encargos Sociais a Recolher		367.492,56	378.734,19
Clientes	3.c	128.046,37	5.250.098,02	Contas a Pagar e Outras Obrigações		6.466.697,84	7.176.823,10
Duplicatas/Op. Cartões a Receber		3.785.833,58	5.374.356,60	Conting. Fiscais, Judiciais e Outras		3.997.408,26	3.390.878,07
Títulos Renegociados		13.469,50	3.469,50	Férias e Encargos a Pagar		1.452.529,38	1.474.934,32
(-) Perda p/ Créditos de Liq. Duvidosa		(3.671.256,71)	(127.728,08)				
Outros Créditos	3.d	18.651.220,14	12.860.962,93				
Estoques	3.e	135.887,66	224.666,67				
Despesas Antecipadas	3.f	398.651,25	404.400,70				
NÃO CIRCULANTE		50.980.226,34	49.002.362,66	NÃO CIRCULANTE	3.lm	56.350.895,30	58.319.408,63
Realizável a Longo Prazo	3.g	26.261.612,79	23.181.290,98	Cauções Recebidas (parceirização)		432.854,92	401.368,25
Depósitos Judiciais / Aplic / Tít. a Receber		26.261.612,79	23.181.290,98	Administração de Processos		44.010.169,90	44.010.169,90
				Provisão p/ Conting. Fiscais e Judiciais		11.907.870,48	13.907.870,48
Investimentos	3.h	2.322.376,33	2.477.941,88				
Imóveis (não destinado ao uso)		1.439.232,00	1.439.232,00				
Quotas Capital Bancredi		877.516,78	1.033.082,33				
Outros Investimentos		5.627,55	5.627,55				
Imobilizado	3.i	20.782.965,21	21.898.072,41	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.no	65.035.687,25	63.518.353,23
Bens Imóveis		18.318.871,80	18.318.871,80	Patrimônio Social		41.189.335,95	41.189.335,95
Bens Móveis		17.916.145,38	25.841.145,01	Reserva Reavaliação		13.647.759,44	13.647.759,44
(-) Depreciação Acumulada		(15.452.051,97)	(22.261.944,40)	Superavit Acumulado		10.198.591,86	8.681.257,84
Intangível	3.j	1.613.272,01	1.445.057,39				
Direito de Uso Software		1.573.849,94	1.405.635,32				
Marcas e Patentes		39.422,07	39.422,07				
TOTAL DO ATIVO		154.137.630,63	153.083.117,69	TOTAL DO PASSIVO		154.137.630,63	153.083.117,69

IVONE MARIA DA SILVA
Presidenta

MARIA ROSANI G. A. HASHIZUMI
Secretária de Finanças

CLAUDIO TEIXEIRA JUNIOR
Contador - CRCSP 250776/O-4

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2019 E 2018 (Em reais)

	2019	2018
RECEITA DAS OPERAÇÕES SOCIAIS BRUTA	79.021.834,00	69.379.805,17
Contribuição Social	30.497.930,01	29.906.665,92
Contribuições de Acordo Coletivo	37.081.259,94	23.641.897,45
Contribuições Processos Coletivos	17.745,50	4.856,09
Contribuição Sindical	1.033,51	46.134,19
Renda Patrimonial (excluído receitas financeiras)	591.585,83	2.294.358,30
Receitas Extraordinárias / Eventual	9.385.569,21	8.685.336,36
Receita de Serviços e Periódicos	1.446.710,00	4.800.556,86
Deduções das Receitas		
ISS sobre Faturamento	(8.782,20)	(57.947,99)
Bonificação e Devolução de Contribuições	(3.084.106,82)	(2.088.904,10)
Receita das Operações Sociais Líquida	75.928.944,98	67.232.953,08
Custos dos Serviços Gráficos Prestados	(2.038.472,89)	(5.484.259,55)
Superávit Bruto	73.890.472,09	61.748.693,53
Despesas (Receita) das Operações Sociais		
Despesas Administrativas	(51.203.852,87)	(38.877.653,69)
Despesas de Atividades Sindicais	(22.920.946,52)	(28.123.290,57)
Despesas de Venda de Serviços	(4.724.809,99)	(356.863,74)
Despesas Extraordinárias	(51.069,80)	(13.299,36)
Despesas Financeiras	(100.381,85)	(154.104,72)
Renda Patrimonial Financeira	6.946.697,46	5.939.723,20
Superávit do Exercício	1.836.108,52	163.204,65

IVONE MARIA DA SILVA
Presidenta

MARIA ROSANI G. A. HASHIZUMI
Secretária de Finanças

CLAUDIO TEIXEIRA JUNIOR
Contador - CRCSP 250776/O-4

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em reais)

Movimentações	Patrimônio Social	Reserva de Reavaliação	Superávit Acumulado	Total
Saldos em 31/12/2017	41.189.335,95	13.647.759,44	8.518.053,19	63.355.148,58
Ajustes de Exercícios Anteriores:				
Destin. Superávit Acum. p/ P. Social	-		-	-
Superávit Líquido do Exercício 2018			163.204,65	163.204,65
Saldos em 31/12/2018	41.189.335,95	13.647.759,44	8.681.257,84	63.518.353,23
Ajustes de Exercícios Anteriores:				
Retificação de Depreciações/Apropriações			(318.774,50)	(318.774,50)
Destin. Superávit Acum. p/ P. Social	-		-	-
Superávit Líquido do Exercício 2019			1.836.108,52	1.836.108,52
Saldos em 31/12/2019	41.189.335,95	13.647.759,44	10.198.591,86	65.035.687,25

IVONE MARIA DA SILVA
Presidenta

MARIA ROSANI G. A. HASHIZUMI
Secretária de Finanças

CLAUDIO TEIXEIRA JUNIOR
Contador - CRCSP 250776/O-4

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Descrição	NE	2019	2018
Atividades Operacionais			
Superávit (Deficit) Líquido do Período		1.836.108,52	163.204,65
Depreciação e Amortização	3.i	989.851,62	1.268.495,95
Baixa de Imobilizado		51.069,80	13.299,36
Perda (Ganho) na Venda de Bens do Imobilizado		(304.398,63)	(2.021.650,52)
Superávit (Deficit) Líquido do Período Ajustado		2.572.631,31	(576.650,56)
(Acréscimo) Decréscimo do Ativo Circulante:			
Duplicatas a Receber	3.c	1.578.523,02	973.931,26
Perda por Créditos de Liquidação Duvidosa	3.c	3.543.528,63	64.370,38
Estoques	3.e	88.779,01	429.521,59
Outros Créditos de Curto Prazo	3.d	(9.413.611,74)	(6.255.711,58)
Total do (Acréscimo) Decréscimo do Ativo Circulante		(4.202.781,08)	(4.787.888,35)
Acréscimo (Décrécimo) do Passivo Circulante:			
Aumento (Redução) de Fornecedores	3.km	(102.097,56)	(516.278,92)
Aumento (Redução) de Impostos a Recolher	3.km	21.536,11	(70.776,59)
Aumento (Redução) de Salários e Encargos Sociais	3.km	(11.241,63)	(78.810,08)
Aumento (Redução) de Férias a Pagar	3.km	(22.404,94)	(90.828,41)
Aumento (Redução) de Outras Obrigações a Pagar	3.klm	(348.613,06)	1.698,05
Total do Acréscimo (Décrécimo) do Passivo Circulante:		(462.821,08)	(754.995,95)
1 - Caixa Líquido das Atividade Operacionais		(2.092.970,85)	(6.119.534,86)
Atividades de Investimentos			
Entradas			
Recebimentos por Venda de Bens do Imobilizado		508.213,00	5.903.792,80
Recebimentos por Venda de Investimentos Permanentes		200.000,00	-
Recebimentos (reversão) de Depósitos Judiciais	3.g	586.965,26	3.564,92
Ajustes de Exercícios Anteriores	3.o	(318.774,50)	-
Saídas			
Aquisição de Investimentos Permanentes	3.h	(44.434,45)	(48.258,60)
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	3.i	(297.843,21)	(573.192,05)
Depositos Judiciais Efetuados	3.g	(38.183,09)	(92.891,64)
2 - Caixa Líquido da Atividade de Investimentos		595.943,01	5.193.015,43
Atividade de Financiamento			
Entradas			
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	3.lm	-	617.668,56
Saídas			
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	3.km	-	(617.668,56)
3 - Caixa Líquido da Atividade de Financiamento		-	-
CAIXA GERADO NO PERÍODO (Negativo)		(1.497.027,84)	(926.519,43)
4 - Saldo Anterior de Caixa ou Equivalente		85.340.626,71	86.267.146,14
5 - SALDO ATUAL DE CAIXA OU EQUIVALENTE		83.843.598,87	85.340.626,71

IVONE MARIA DA SILVA
Presidenta

MARIA ROSANI G. A. HASHIZUMI
Secretária de Finanças

CLAUDIO TEIXEIRA JUNIOR
Contador - CRCSP 250776/O-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)**

1. Atividade Operacional

Entidade de classe que prima pela ética, pela idoneidade, por prestígio e por credibilidade junto à categoria bancária. Tem como missão “visar melhorias nas condições de vida e de trabalho de seus representados, defenderem a independência e autonomia da representação sindical e atuar na manutenção e na defesa das instituições democráticas brasileiras”. O seu patrimônio é constituído das contribuições devidas pelos que participam da categoria bancária - das mensalidades dos associados, contribuições acordadas em negociação coletiva, dos bens e direitos adquiridos e respectivamente das rendas produzidas por eles; das doações e dos legados, das multas e de outras rendas eventuais.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as Normas e Legislações específicas às Entidades sem fins lucrativos emanadas do Conselho Federal de Contabilidade seguindo a Normas Técnicas Brasileiras Contábeis como NBC T 3 e NBC T 10.18, Constituição Federal, CLT e Normas Estatutárias. E quando possível fundamentada na Lei 6.404/76 das Sociedades Anônimas aplicáveis às demais sociedades, ainda alterada, no seu artigo 176, pela Lei 11.638/07 que renovou e introduziu novos dispositivos como a substituição da DOAR-Demonstrativo de Origens e Aplicações de Recursos pela DFC-Demonstração de Fluxo de Caixa.

Para melhor entendimento, discorreremos nessa apresentação com as práticas contábeis utilizadas, informações adicionais e quadros suplementares.

3. Principais Práticas Contábeis

a) A apuração do resultado: as receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência do exercício. Os custos dos materiais diretos da prestação de serviços gráficos são apropriados de acordo com o consumo na produção do material gráfico. A política adotada continua sendo de estoque mínimo e suficiente para o consumo.

b) Aplicação Liquidez Imediata: são aplicações financeiras que em suas maiores partes estão nos bancos: Santander,

Bradesco e Caixa Econômica Federal, as quais estão demonstradas ao custo acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data do balanço. São representadas por aplicações com resgates automáticos.

Agente Financeiro	2019	2018
Banco Santander S.A.	36.513.598,29	30.235.386,81
Banco Bradesco S.A.	36.314.668,41	30.252.941,01
Caixa Econômica Federal	9.683.694,43	21.260.553,76
Outros	1.209.823,35	2.372.558,71
Total	83.721.784,48	84.121.440,29

c) Clientes: correspondem a duplicatas a receber, títulos renegociados, recebimentos via boleto, cartões de débito e crédito, os quais são demonstrados pelo valor nominal e constitui grande parte das importâncias relativas à prestação de serviços gráficos, impressão de periódicos como jornais, livros e revistas. E uma pequena parte são recebimentos na tesouraria, com prazos de vencimento para janeiro a março de 2020. O saldo das perdas para créditos de liquidação duvidosa é de R\$ 3.671.256,71 em 2019, valor a receber específico sobre serviços gráficos prestados não recebidos até o momento, porém em negociação durante anos, mas sem êxito. Diante desse fato, com base em experiências passadas e agindo com prudência e conservadorismo, a constituição deste exercício foi julgada, nesse montante, suficiente pela administração para cobrir todas as perdas prováveis na realização dos créditos em 2020.

Clientes a Receber			
Saldos vincendos	Vencimentos		
em 31/12/2019	30 dias	60 dias	90 dias
3.785.833,58	2.271.500,15	1.135.750,07	378.583,36

d) Outros créditos: estão representados basicamente por empréstimos a outras entidades de classes, atualizados pela correção monetária em 110% do CDI, aplicações financeiras temporárias e vinculadas à garantia de créditos a terceiros, depósitos efetuados pelos escritórios jurídicos parceiros em cumprimento de cláusula contratual, adiantamentos a funcionários, adiantamentos a terceiros, adiantamentos a dirigentes sindicais afastados sem remuneração com processo de reintegração, contribuições assistenciais e alugueis a receber. Em 2019 houve um aumento de 45,02% no saldo em relação ao exercício de 2018, por conta das

aplicações temporárias junto aos bancos Santander e Cef, com vencimentos em médio prazo e menor liquidez.

Outros Créditos	2019	2018
Títulos a Receber	3.573.225,20	3.718.738,13
Bancos Contas Vinculadas / Aplicações Temporárias	14.067.909,08	8.385.724,23
Créditos de Funcionários	303.411,59	237.179,02
Adiantamentos, Aluguéis e Contribuições a Receber	706.674,27	519.321,55
Total	18.651.220,14	12.860.962,93

e) Estoques: corresponde à matéria prima do parque gráfico, composto por papel para impressão, tinta para impressão, chapas, reveladores e fixadores, material auxiliar de produção e material para embalagem, os quais são avaliados com base no custo histórico de aquisição. Houve uma redução de 39,52% em relação a 2018. A queda na produção vem se acentuando por conta da tendência do mercado em substituir impressões por material digital e conseqüentemente diminui-se drasticamente a utilização dos serviços gráficos impressos. Todavia, foi mantida a política de renegociação com outros fornecedores sempre visando à economia na aquisição dos insumos.

Estoques	2019	2018
Papel para Impressão	96.631,11	78.073,15
Tintas para Impressão	10.557,47	35.808,07
Chapas, Reveladores e Fixadores	13.570,58	82.793,34
Material Auxiliar de Produção	12.093,08	24.222,12
Material de Embalagem	3.035,42	3.769,99
Total	135.887,66	224.666,67

f) Despesas Antecipadas: correspondem às modalidades de despesas apropriadas de acordo com o regime de competência, tais como prêmios de seguros dos imóveis, máquinas do departamento gráfico e veículos; assinaturas de jornais, revistas, boletins e acesso de portal de gateway (portal de acesso à internet x rede de pagamentos); vales: transporte, alimentação e refeição dos empregados.

g) Realizável a longo prazo: corresponde a títulos a receber que são empréstimos a outras entidades de classes, depósitos recursais de ações judiciais, fiscais e aplicações financeiras em longo prazo. São apresentados pelo valor nominal, incluídos, quando aplicáveis os rendimentos auferidos até a data do balanço. Houve aumento de 13,29%

por conta da evolução nas aplicações financeiras junto ao banco Bradesco, de modalidade específica de longo prazo.

Realizável a Longo Prazo	2019	2018
Títulos a Receber	2.585.416,53	8.725.226,02
Depósito Recursal	2.688.579,50	3.237.361,67
Ações de Bancários / Interditos	457.820,27	457.820,27
Aplicações Financeiras – LP	20.529.796,49	10.760.883,02
Total	26.261.612,79	23.181.290,98

h) Investimentos: corresponde a imóveis não destinados ao uso, quotas de capital da Bancredi e outros investimentos em ações. São registrados ao custo de aquisição, atualizados ao valor de mercado quando aplicável. São compostos por imóveis destinados à renda R\$1.439.232,00, aplicações em ações do sistema financeiro R\$627,55, quotas de participação no capital da Editora Gráfica Atitude Ltda. R\$5.000,00, e quotas de participação no capital da BANCREDI, com saldo de R\$ 877.516,78 em 2019 (R\$1.033.082,33 em 2018). Cabe salientar que não é foco dessa Entidade o fim especulativo financeiro e por isso esses investimentos representam apenas 1,51% do seu Ativo Total.

i) Imobilizado: os bens imóveis, máquinas e equipamentos gráficos e veículos, estão demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos de reavaliação espontânea em 31/12/99, e assegurados nas modalidades: Civil, Roubo e Incêndio, em quantia equivalente ao mercado em caso de eventual sinistro. Os demais itens que compõem o imobilizado estão contabilizados pelo custo original. Os gastos com manutenção e reparos são registrados em contas de despesas quando incorridos.

A depreciação é calculada linearmente e apropriada somente sobre os bens móveis – no caso de algumas máquinas e equipamentos gráficos, a taxa variável, é conforme a vida útil do bem determinado pelo Laudo Técnico reavaliado desde anos anteriores; os veículos à taxa de 20% ao ano e, os demais bens móveis são depreciados normalmente. Houve uma redução de 5,09% do imobilizado, com destaque nas baixas (por vendas) de 16 máquinas do departamento gráfico, totalizando R\$ 494.813,00. E redução de 47,04% da apropriação da depreciação do período em relação ao ano anterior por conta da venda em julho/2018 da máquina impressora Rotativa da marca Goss M-500 (valor histórico R\$ 4.964.416,80) que representava 19,14% sobre o total dos bens móveis.

No caso dos veículos, não houve renovação da frota. Todavia, a direção continuará adotando como medida de redução de custos a substituição dos mais antigos por aquisições novas, porém se utilizando apenas do valor angariado com as vendas.

Imobilizado	Depreciação do exercício	2019	2018
Terrenos	0,00	7.224.029,00	7.224.029,00
Construção e Edifícios	0,00	11.094.842,80	11.094.842,80
Máquinas e Equipamentos Gráficos	187.861,58	10.285.032,81	18.057.816,87
Veículos	161.190,60	960.406,92	960.406,92
Móveis e Utensílios	88.814,61	1.971.383,96	1.962.370,73
Equiptos. Comunicação, Segurança e Informática	137.858,55	2.753.876,91	2.913.380,71
Instalações	96.014,08	1.945.444,78	1.947.169,78
Depreciação Acumul. Máq.Eqptos, Veíc, Móveis e Instalações	-	-15.452.051,97	-22.261.944,40
Total	671.739,42	20.782.965,21	21.898.072,41

j) Intangível: Consiste nos direitos de uso de software e marcas e patentes registrados pelo custo de aquisição, com a classificação contábil de acordo com determinação da Lei 11.638/07.

Intangível	2019	2018
Direito de Uso Software	1.573.849,94	1.405.635,32
Marcas e Patentes	39.422,07	39.422,07
Total	1.613.272,01	1.445.057,39

k) Passivo Circulante: corresponde à fornecedores de bens e serviços, administração de processos, encargos sociais a recolher, impostos e taxas a recolher, contas a pagar, contingências fiscais, judiciais, férias e encargos a pagar e outras obrigações. São demonstrados por valores nominais, exigíveis nos próximos doze meses e, quando aplicável, acrescidos dos encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. Foram quitadas ações trabalhistas e execuções municipais, se utilizando do saldo das contingências judiciais e fiscais.

l) Passivo Não Circulante: corresponde a cauções recebidas, administração de processos, provisão para contingências fiscais e judiciais, contas a pagar e outras obrigações. São demonstradas por valores nominais, exigíveis nos exercícios seguintes e, quando aplicável, acrescidos dos encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. Neste exercício foi transferido de longo para curto prazo o montante de R\$ 2.000.000,00 da conta 2.2.9.03-provisão para contingências judiciais para a conta 2.1.7.25-contingências fiscais, judiciais-outras, com base no valor dispendido no ano de 2019. Segue abaixo 02 (duas) tabelas que relacionam a composição do Passivo (circulante e não-circulante):

Composição de Outras Contas e Obrigações a Pagar	2019	2018
Repasse de Contribuições e Rescisões	4.259,41	54.129,46
Créditos a Restituir e não Reclamados	681.127,45	678.800,93
Honorários, Ocupação, Utilidades e Serviços e Outras Despesas a Pagar	5.781.310,98	6.443.892,71
Fornecedores	776.054,71	878.152,27
Impostos e Taxas a Recolher	285.060,83	263.524,72
Encargos Sociais a Recolher	367.492,56	378.734,19
Férias e Encargos a Pagar	1.452.529,38	1.474.934,32
Contingências Fiscais, Judiciais – Outras	3.997.408,26	3.390.878,07
Cauções Recebidas (parcerização) – Longo Prazo	432.854,92	401.368,25
Provisão p/ Contingências Fiscais e Judiciais – Longo Prazo	11.907.870,48	13.907.870,48
Total	25.685.968,98	27.872.285,40

Administração de Processo		
RTC e RTI	2019	2018
Saldo 31/12	63.415.974,40	61.692.479,06
Saldo inicial	61.692.479,06	60.926.464,40
Ingressos	122.949.929,28	87.471.538,36
Pagamentos	(121.226.433,94)	(86.705.523,70)
RTC e RTI = reclamação trabalhista coletiva e individual.		

m) Endividamento: o passivo total está composto basicamente de compromissos assumidos oriundos de suas operações cotidianas e de créditos a favor dos bancários, conforme já foram todos citados nas 02 (duas) tabelas acima.

Para facilitar a análise do endividamento segue abaixo a segregação da dívida em curto e longo prazo, o quanto representa em % sobre o total do passivo e tabela com o resultado do endividamento líquido:

- Dívida de curto prazo: representa 36,76% da dívida total de 2019 (2018 – R\$ 31.245 milhões, 34,89%), constituindo-se de fornecedores e administração de processos relativos a créditos de ações coletivas de bancários contra os bancos cujo comportamento mensurável é de realização no próximo exercício. Além de conter obrigações fiscais, encargos sociais, contingências fiscais, judiciais e outras contas a pagar sem destaques por se tornarem irrelevantes perante o volume das ações.
- Dívida de longo prazo: representa 63,24% da dívida total de 2019 (2018 – R\$ 58.319 65,11%) composta de cauções recebidas, administração de processos que representa créditos de ações coletivas de bancários contra os bancos cujo comportamento é

de longo prazo e provisões para cobrir contingências de ações fiscais e judiciais.

- Em 31/12/2019, a dívida total do Sindicato é de R\$ 89.102 milhões (2018 - R\$ 89.564 milhões) 100% em moeda nacional. Uma análise do perfil da dívida total do ano de 2019 em relação a 2018 mostra uma redução de 0,51%. Em contrapartida também houve a diminuição das disponibilidades e aplicações de 1,74%.

Endividamento				
Descrição	31/dez/2019		31/dez/2018	
	Moeda Local	Total	Moeda Local	Total
Curto Prazo	32.751	32.751	31.245	31.245
Longo Prazo	56.351	56.351	58.319	58.319
Endividamento Bruto	89.102	89.102	89.564	89.564
Caixa e Aplicações	83.844	83.844	85.341	85.341
Endividamento Líquido	5.258	5.258	4.223	4.223

n) O Patrimônio Líquido é composto de:

- Patrimônio social de R\$41.189 milhões. Em 2019 não sofreu atualização e nem destinação do saldo do superávit acumulado. Mantendo, portanto, o mesmo valor de 2018.
- Reserva de reavaliação no valor de R\$13.648 milhões, por conta da reavaliação espontânea efetuada no ano de 1999 dos Imóveis e Maquinários do Seeb e Depto Gráfico. O saldo remanescente refere-se apenas à reavaliação dos Imóveis e Terrenos. Toda a Reserva de reavaliação dos maquinários já foi realizada em anos anteriores e esse saldo apresentado se mantém desde o ano de 2015.
- Superávit Acumulado de R\$10.199 milhões, composto pelo superávit do exercício de 2019 R\$ 1.836.108,52, mais os superávits dos exercícios anteriores 2018, 2017, 2016 e 2015 (-) ajustes de exercícios anteriores.

o) Ajuste de exercícios anteriores: retificação de baixas de depreciação acumulada não realizadas em anos anteriores de 04(quatro) máquinas vendidas em 2019 do Depto. Gráfico no valor total de R\$ 318.112,20. E estorno de um depósito recursal no valor de R\$ 662,30 que já tinha sido recebido em anos anteriores e considerado como receita de contribuição, porém somente em 2019 foi evidenciado. Totalizando o ajuste no valor de R\$ 318.774,50.

São Paulo, junho de 2020

**IVONE MARIA
DA SILVA**
Presidenta

**MARIA ROSANI G.A.
HASHIZUMI**
Secretária de Finanças

**CLAUDIO
TEIXEIRA JUNIOR**
Contador CRC 1SP 250776/O-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, em uso da atribuição que lhe confere os artigos 47 a 49 do Estatuto da Entidade e de acordo com o art. 551, parágrafo 8º da CLT, analisou as peças constantes das demonstrações contábeis de que trata dos balanços Patrimonial e Financeiro do exercício de 2019 e, considerando as informações e esclarecimentos prestados pela secretaria de finanças é de parecer que as mencionadas demonstrações refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da entidade, assim DELIBERA: Aprovar os balanços PATRIMONIAL E FINANCEIRO DE 2019. Submetê-los à aprovação da Assembléia Geral Ordinária, convocada para este fim em 25 de junho de 2020, conforme estabelece o parágrafo único do artigo 82 do Estatuto da entidade.

São Paulo, 18 de junho de 2020

*Antonio Alves de Souza
Maikon Nunes Azzi
Marcelo Peixoto de Araújo
Marcelo Pereira de Sá
Maria Helena Francisco*

EDITAL

ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 61.651.675/0001-95, com registro sindical no M.T.E. sob nº L002P051, por sua Presidenta abaixo assinado, convoca todos os empregados bancários, associados, em pleno gozo dos seus direitos estatutários, na base territorial deste sindicato (São Paulo, Barueri, Carapicuíba, Caucaia do Alto, Cotia, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Itapevi, Jandira, Juquitiba, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, São Lourenço da Serra, Santana do Parnaíba, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista), para participarem da assembleia ordinária que se realizará de forma remota/virtual no período das 19h às 20h, do dia 25 de junho de 2020, na forma disposta no link assembleia.spbancarios.com.br, onde

estarão disponíveis todas as informações necessárias para a deliberação acerca da seguinte ordem do dia: votação das Demonstrações Contábeis do exercício de 2019. Ressalta-se que para garantir a publicidade e lisura da votação, as Demonstrações Contábeis ficarão disponíveis desde o dia 23 de junho de 2020 na Folha Bancária – portal spbancarios.com.br. Cabe esclarecer que referida assembleia será realizada de forma remota/virtual em decorrência do Estado de Calamidade Pública conforme Decreto Legislativo nº 6 de 20.03.2020 e da impossibilidade de aglomeração de pessoas ante o risco de contágio pelo vírus COVID-19 (novo coronavírus).

São Paulo, 22 de junho de 2020

Ivone Maria da Silva
Presidenta